Central de Precatórios

PROTOCOLO: 199500022019 - OF. REQUISITÓRIO: 1995/22019

REQUISITANTE: JUÍZO ÚNICO - TOMAZINA

REFERENCIA: ACAO DE INDENIZACAO nº 093/1987

CREDOR(A): JUDITH SILVA

Adv. Credor Dr(a): MARCIO ARI VENDRUSCOLO

DEVEDOR(A): DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER/PR

Adv. Devedor Dr(a): CELSO SILVESTRE GRZYCAJUK, DIEGO FILIPE DE SOUSA BARROS, RAFAEL SOARES LEITE, AMANDA LOUISE RAMAJO CORVELLO BARRETO, JOSÉ FERNANDO PUCHTA, MANOEL PEDRO HEY PACHECO FILHO

I - Considerando o pagamento integral do precatório, mediante remessa ao Juízo requisitante, e à vista da revogação do artigo 371 do Regimento Interno: a) Baixar-se o precatório, promovendo os registros necessários, bem como eventual pedido de pagamento preferencial em aberto; b) Intime-se a parte credora; c) Cientifique-se, mediante ofício o Juízo de origem e a Fazenda Pública. II - Transcorrido o prazo preclusivo de 15 (quinze) dias sem novas intervenções, arquivem-se definitivamente os autos, lançando a certidão respectiva. Curitiba, 5 de julho de 2019. **Desembargador LUIZ OSORIO MORAES PANZA** Presidente do Comitê Gestor de Precatórios _____

1 Art. 371. Feito o pagamento, o Juízo encaminhará ao Departamento Econômico e Financeiro cópia da sentença de extinção do feito com a respectiva certidão do trânsito em julgado e de quitação, para baixa do precatório. (Revogado pela Res. 31/2015, do Tribunal Pleno, publicada no e-DJ n. 1701, de 30/11/2015).